

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.924 - SC (2019/0353543-8)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO  
**ADVOGADO** : JEFFERSON DAMIN MONTEIRO - SC026790  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JULIAN GERALDO ALEXANDRE  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JULIAN GERALDO ALEXANDRE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação n. 0002842-54.2017.8.24.0020).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente aberto, pelo crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Foi deferido o direito de recorrer em liberdade.

Em grau de apelação, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso defensivo e acolheu parcialmente o recurso da acusação para "afastar o benefício previsto no § 4.º do art. 33 da Lei de Drogas, consolidando-se definitivas as penas de 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa à razão unitária mínima, fixar o regime semiaberto para o resgate inicial da reprimenda e afastar a substituição da pena corporal por restritiva de direitos" (e-STJ fl. 306). Além disso, foi determinada a execução provisória da pena, a ser iniciada após o esgotamento dos recursos cabíveis naquele grau de jurisdição.

No presente *writ*, a defesa alega que o fundamento adotado foi modificado no julgamento das ADCs 43, 44 e 54 pelo Supremo Tribunal Federal.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, para que o paciente possa aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório. **Decido.**

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202 do Regimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária ( AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental* (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, *longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido* ( EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em suma, *para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica* (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

Busca-se, no caso, obstar a determinação de execução provisória da pena após o encerramento do julgamento perante as instâncias ordinárias, contida no acórdão que julgou a apelação defensiva.

Efetivamente, esse era o entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotado a partir do julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.292:

*CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC n. 126.292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/2/2016, DJe 17/5/2016).*

Vale lembrar que, para o Relator do caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, Ministro Teori Zavaski, a manutenção da sentença pelo Tribunal revisor encerrava a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena.

Porém, esse entendimento foi alterado por ocasião do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, pela Suprema Corte, como se extrai do portal de notícias do STF:

# Superior Tribunal de Justiça

*[...], por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes (Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=429359&ori=1>);*

Portanto, prevalece agora o entendimento de que **a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação viola o princípio constitucional da presunção de inocência.**

Assim, a prisão antes do esgotamento dos recursos somente poderá ser efetivada em caráter cautelar, de forma individualizada, com a demonstração da presença dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

No caso, o magistrado singular, ao condenar o paciente, em razão do regime fixado para o cumprimento da pena, revogou a prisão preventiva do réu, deferindo-lhe o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fl. 300).

Por ocasião do julgamento do apelo, a prisão foi decretada unicamente em decorrência do esgotamento das instâncias recursais ordinárias, com amparo no então vigente entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal.

Desse modo, verificada a reforma de tal precedente, a custódia perdeu seu fundamento.

Diante do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem** para suspender a execução da pena do paciente, nos termos do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade nº 43, 44 e 54, até o trânsito em julgado da sentença condenatória correspondente.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

